

O carro na frente dos bois (II)

Luiz Paulo Vellozo Lucas
Sérgio Besserman Vianna

Em artigo publicado na semana passada alertamos para o risco que uma redução expressiva no superávit comercial pode trazer para o processo de estabilização macroeconômica em curso, baseados no impacto de curto prazo do saldo sobre o nível de atividades, as condições de renegociação da dívida externa e a ameaça de dolarização da economia.

Afirmamos também que, no médio prazo, obtidas condições mais favoráveis na negociação da dívida, a redução da transferência de recursos para o exterior a uma proporção aceitável do PIB necessariamente fará parte do conjunto de medidas (transferência para o setor privado de responsabilidades atualmente a cargo do setor público, corte de despesas do governo, aumento de receitas fiscais etc.) destinado a restabelecer condições normais para o financiamento do setor público e para a recuperação de sua capacidade de investir.

Dito isto, desejamos voltar nosso pensamento para as questões estratégicas colocadas diante do Brasil e argumentar em favor de políticas de exportação e importação mais estáveis, formuladas tendo como referência a eficiência global da economia e as condições do crescimento sustentado.

Habituada a conviver com escassez de divisas e sujeita à deterioração dos termos de troca com o exterior, a economia brasileira cresceu operando com políticas economizadoras de divisas que favoreciam a substituição de importações e, a partir de meados da década de 60, também com políticas estimuladoras da atividade exportadora.

Dificuldades de balanço de pagamentos, causadas pelos choques de petróleo, pela incidência de taxas de juros internacionais extraordinariamente elevadas pela política monetária norte-americana sobre um grande estoque de dívida externa e pela interrupção dos financiamentos externos no início da década de 80, levaram o Brasil a recorrer a políticas para geração de grandes superávits comerciais a curto prazo.

Tais políticas consistiam em medidas recessivas de cunho fiscal e monetário que

visavam conter a demanda agregada de modo a reduzir as necessidades correntes de importações e liberar excedentes para venda no exterior; e em medidas cambiais e criação de outros incentivos visando alteração na estrutura de preços relativos para estimular a produção de "trade-bles".

Os grandes superávits comerciais gerados a partir de 1984 e a expressiva participação dos manufaturados na pauta de exportações surpreenderam os analistas e colocaram a evidência de que havia um importante componente estrutural no saldo. Naturalmente, a recessão obrigou (talvez prematuramente) a essa busca de mercado, mas o resultado só foi possível porque as indústrias existiam e eram capazes de vender seus produtos no mercado mundial. Retomado o crescimento, é certo que o aumento da demanda interna absorverá parte dos bens atualmente exportados. Da mesma forma, no contexto do ajuste fiscal, a retirada de subsídios e incentivos pode retirar competitividade a algumas exportações. Mas não nos parece crível que, hoje em dia, diante de um superávit de US\$ 19 bilhões, alguém possa contestar a capacidade da economia brasileira de continuar gerando grandes saldos comerciais.

O ajustamento com vistas à geração de megassuperávits não foi isento de custos. Além dos anos de recessão, a brusca e profunda alteração de preços relativos tem sua responsabilidade na transformação da moderada inflação brasileira em inflação crônica.

A percepção dos custos envolvidos nesse processo e a noção de que a aquisição pelo governo das divisas líquidas das operações comerciais externas tem elevada participação nas necessidades globais de financiamento do setor público parecem ter gerado em parte da opinião pública e no pensamento de alguns especialistas a conclusão de que o superávit comercial e as exportações em particular são sempre um mal e que, se retrocedermos no tempo, invertendo a mão das políticas imediatistas da época do ajuste recessivo do início dos anos 80, encontraríamos a solução para os problemas do Brasil.

A realidade, entretanto, não é bem essa, tanto se olharmos para o setor produtivo da economia como se vol-

tarmos nossa atenção para os aspectos macroeconômicos envolvidos.

Com relação ao setor produtivo, o chamado "lado real da economia", desejamos ressaltar a importância de políticas consistentes e duradouras de exportação e importação que busquem a alavancagem das condições de competitividade da economia brasileira como um todo, contribuindo para eliminar fatores e focos de ineficiência e maximizando o aproveitamento de oportunidades de novos negócios.

Não haverá espaço para estratégias de política industrial, elevação do padrão de qualidade da produção e dos métodos de gerenciamento se a política de comércio exterior for constrangida a provocar profundos e abruptos saltos, para cima ou para baixo, no resultado das transações comerciais do Brasil.

Com relação aos aspectos macroeconômicos, basta-nos lembrar que: (1) embora o impacto sobre as necessidades de financiamento do governo em moeda nacional seja o mesmo, são muito diferentes as repercussões sobre os agentes da economia, da compra de divisas para pagar juros da dívida externa da mesma compra para acrescer as reservas internacionais que podem lastrear, direta ou indiretamente, obrigações governamentais; e (2) a capacidade de endividamento interno do governo hoje é muito baixa, mas, da mesma forma que no caso de uma empresa, voltando o País a crescer, cresce também a aceitação de uma dívida pública maior por parte da sociedade.

É incrível como, apesar de ser um importante fator de sustentação do nível de atividades nos últimos anos, a exportação segue sendo vista por muitos como uma "exploração" do Brasil. A nosso ver isso é decorrência de uma compreensão algo simplória dos graves problemas com que se defronta a sociedade brasileira nos anos 80, assim como da natureza dos custos envolvidos no processo de ajustamento ocorrido. É decorrência, também, da tendência infantil de atribuir ao "setor externo" toda a responsabilidade por nossas mazelas internas.

Luiz Paulo Vellozo Lucas é Chefe do Departamento de Planejamento do BNDES (Deplan)

Sérgio Besserman Vianna é Gerente do Deplan.